



SECTEC
Secretaria de Estado da
Ciência e Tecnologia - Goiás



SSP
Secretaria de Estado da
Segurança Pública - Goiás



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
ESCRIVÃO DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS
CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sábado, 12 de setembro de 2009

2ª Prova

CADERNO DE PROVA

Instruções

1. Este caderno de prova é composto de **46 (quarenta e seis) questões objetivas**, conforme anexo 1, do Edital n. 46, de 30 de julho de 2009. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.
2. Leia cuidadosamente o que está proposto na prova.
3. As respostas da prova objetiva deverão ser transcritas com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta **preta** no cartão de resposta, de acordo com as instruções previstas no item 16, do Edital n. 46, de 30 de julho de 2009.
4. Se desejar, utilize a folha intermediária de respostas, no final deste caderno, para registrar as alternativas escolhidas.
5. Durante a prova, o candidato não poderá levantar-se sem autorização prévia ou comunicar-se com outros candidatos.
6. Os fiscais **NÃO** estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

Identificação do candidato

QUESTÃO 1

A respeito do auto de exibição e apreensão/termo de entrega ou restituição, é CORRETO afirmar:

- a) É sempre permitido aos policiais o uso de objetos/coisas apreendidos nos autos do inquérito policial.
- b) Até a remessa ao órgão competente, os objetos/coisas apreendidos ficarão sob a responsabilidade do delegado de polícia.
- c) Mesmo que haja dúvida sobre o direito do solicitante, o delegado de polícia procederá à entrega/restituição da coisa apreendida reclamada.
- d) A peça que formaliza a apreensão de objetos/coisas é denominada “auto de apreensão” e deverá conter minuciosa descrição do material a ser apreendido, bem como o local, o dia e o motivo da sua apreensão.

QUESTÃO 2

Acerca dos exames periciais e suas requisições, é CORRETO afirmar:

- a) O exame pericial também poderá ser feito através de carta precatória, na qual o delegado de polícia deprecante deverá formular os quesitos, cabendo ao delegado deprecado providenciar o seu cumprimento junto ao Instituto de Criminalística.
- b) O delegado de polícia é obrigado a providenciar a realização de exame pericial, toda vez que houver requerimento nesse sentido formulado pelo ofendido ou pelo indiciado.
- c) Em nenhuma hipótese, o delegado de polícia relatará o inquérito policial e encaminhará os respectivos autos ao Poder Judiciário, sem o laudo pericial por ele requisitado.
- d) Quando a infração penal deixar vestígios, não será necessária a realização de exame pericial.

QUESTÃO 3

No que tange à prisão de certas pessoas, é CORRETO afirmar:

- a) É permitida a prisão em flagrante de magistrados e membros do Ministério Público em virtude da prática de crime afiançável.
- b) O advogado poderá ser preso em flagrante, caso cometa crime afiançável, em virtude do exercício da profissão.
- c) Os deputados estaduais poderão ser presos em flagrante pela prática de crime inafiançável, devendo, em vinte e quatro horas, os autos serem encaminhados à respectiva Assembléia Legislativa.
- d) Os vereadores não poderão ser presos em flagrante nos municípios onde exercerem mandatos.

QUESTÃO 4

Relativamente ao relatório do inquérito policial, é CORRETO afirmar:

- a) É vedado ao delegado de polícia representar por prisão preventiva no relatório do inquérito policial.
- b) O delegado de polícia deverá transcrever, na íntegra, os depoimentos que constarem no inquérito policial, a fim de bem demonstrar o fato investigado.
- c) O delegado de polícia sempre emitirá juízo de valor no relatório do inquérito policial, havendo, ou não, indiciamento do investigado.
- d) O relatório é peça de extrema importância, através da qual o delegado de polícia, manifestando-se de forma reduzida, objetiva, clara e concisa, demonstrará o fato apurado.

QUESTÃO 5

Acerca da prisão em flagrante, é CORRETO afirmar:

- a) A autoridade policial e seus agentes têm a faculdade de efetuar a prisão de quem se encontrar em flagrante delito.
- b) Nos delitos de trânsito, não se imporá prisão em flagrante ao condutor que prestar pronto e integral socorro à vítima.
- c) A lavratura do auto de prisão em flagrante não estará sujeita à observância de formalidades.
- d) Qualquer pessoa poderá ser sujeito passivo da prisão em flagrante.

QUESTÃO 6

A respeito da prisão em flagrante, é CORRETO afirmar:

- Chama-se flagrante impróprio aquele em que o agente é preso, quando encontrado, logo depois da prática da infração penal, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração penal.
- Após a lavratura do auto de prisão em flagrante, o delegado de polícia expedirá e entregará ao conduzido a nota de ciência das garantias constitucionais.
- Denomina-se flagrante próprio aquele em que o autor é preso quando está cometendo a infração penal ou acabou de cometê-la.
- Flagrante presumido é aquele no qual o agente é perseguido e preso, logo após a infração penal.

QUESTÃO 7

Ainda sobre a prisão em flagrante, é CORRETO afirmar:

- Em caso de tráfico de droga, para que o delegado de polícia proceda à lavratura do auto de prisão em flagrante, é imprescindível o laudo pericial de constatação de substância entorpecente.
- Diante da recusa do autuado em assinar o seu interrogatório, no auto de prisão em flagrante, deverá o delegado nomear uma pessoa para assinar “a rogo”.
- Caso a infração penal seja cometida na presença ou contra autoridade policial, figurará como condutor a pessoa por ela designada.
- A falta de testemunhas oculares da infração penal impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante.

QUESTÃO 8

No que concerne à prática de ato infracional e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), é CORRETO afirmar:

- Caso não seja possível a apresentação imediata do adolescente infrator ao membro do Ministério Público, deverá o delegado de polícia providenciar o seu encaminhamento a entidade de atendimento a menores, podendo ele ficar recolhido na mesma dependência destinada a maiores de idade.
- Se o adolescente for surpreendido em flagrante de ato infracional, cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, o delegado de polícia providenciará a lavratura do boletim de ocorrência circunstanciado.
- No caso de criança surpreendida na prática de ato infracional, esta deverá ser autuada em flagrante delito pelo delegado de polícia.
- Considera-se criança a pessoa com doze anos incompletos.

QUESTÃO 9

Sobre o termo circunstanciado de ocorrência, é CORRETO afirmar:

- Não haverá requisição de exame pericial de infração penal apurada através de termo circunstanciado de ocorrência.
- Ainda que se trate de infração penal de menor potencial ofensivo, se o fato criminoso noticiado for complexo, dever-se-á instaurar inquérito policial para sua apuração.
- Em se tratando de infração penal de menor potencial ofensivo, autor e vítima assinarão termo de compromisso de comparecimento ao Juizado Especial Criminal competente.
- Entende-se por infração penal de menor potencial ofensivo as infrações penais cujo máximo da pena privativa de liberdade abstratamente cominada seja igual ou inferior a três anos.

QUESTÃO 10

Acerca da prática do serviço policial, é CORRETO afirmar:

- As representações por medidas cautelares serão formuladas em autos apartados, salvo quando a publicidade delas não importar em prejuízo para as investigações.
- É vedado o requerimento de dilação de prazo ao Poder Judiciário, para a conclusão do inquérito policial, mesmo que o fato criminoso investigado seja de difícil elucidação e o suspeito esteja em liberdade.
- A certidão do termo de fiança e o respectivo comprovante de recolhimento não serão juntados aos autos do inquérito policial, bastando o arquivamento desses documentos no cartório da delegacia de polícia.
- Em se tratando de prisão de índio, integrado à civilização, ou não, deverá ser solicitada a presença de um representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou de pessoa idônea que lhe prestará assistência.

Leia o texto abaixo e responda às questões de 11 a 13.

Repórter Policial

Stanislaw Ponte Preta

O repórter policial, tal como o locutor esportivo, é um camarada que *fala* uma língua especial, imposta pela contingência: quanto mais cororoca melhor. Assim como o locutor esportivo jamais chamou nada pelo nome comum, assim também o repórter policial é um entortado literário. Nessa classe, os que se prezam nunca chamariam um hospital de hospital. De jeito
 5 nenhum. É nosocômio. Nunca, em tempo algum, qualquer vítima de atropelamento, tentativa de morte, conflito, briga ou simples indisposição intestinal foi parar num hospital. Só vai para o nosocômio. E assim sucessivamente. Qualquer cidadão que vai à Polícia prestar declarações que possam ajudá-la numa diligência (apelido que eles puseram no ato de investigar), é logo apelidado de testemunha-chave. Suspeito é Mister X, advogado é causídico, soldado é militar,
 10 marinheiro é naval, copeira é doméstica e, conforme esteja deitada, a vítima de um crime – de costas ou de barriga pra baixo – fica numa destas duas incômodas posições: decúbito dorsal ou decúbito ventral. Num crime descrito pela imprensa sangrenta a vítima nunca se vestiu. A vítima trajava. Todo mundo se veste,... mas basta virar vítima de crime, que a rapaziada sadia ignora o verbo comum e mete lá: “A vítima trajava terno azul e gravata do
 15 mesmo tom”. Eis, portanto, que é preciso estar acostumado ao “métier” para morar no noticiário policial. Como os locutores esportivos, a Delegacia do Imposto de Renda, os guardas de trânsito, as mulheres dos outros, os repórteres policiais nasceram para complicar a vida da gente. Se um porco morde a perna de um caixeiro de uma dessas casas da banha, por exemplo, é batata... a manchete no dia seguinte tá lá: “Suíno atacou comerciário”.

Disponível em: <(http://www.fapese.org.br/arquivos/santaluzia_auxiliar.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2009.

QUESTÃO 11

Sobre as ideias do texto, é CORRETO afirmar:

- A linguagem especial falada pelo jornalista é uma variação geográfica.
- Em todos os casos, texto policial e esportivo servem para facilitar e nada têm em comum.
- O autor do texto deixa claro que a linguagem utilizada pelos jornalistas esportivos e policiais é cômica e erudita.
- O autor deixa claro que existem palavras empregadas pelo repórter policial que não são empregadas pelo locutor esportivo.

QUESTÃO 12

Quanto à tipologia textual, é CORRETO afirmar:

- O texto é descritivo.
- O texto não é narrativo.
- O texto não é dissertativo.
- O texto é narrativo e dissertativo.

QUESTÃO 13

O autor do texto afirma que o repórter policial e o locutor esportivo usam uma língua especial porque

- é adequada ao momento.
- trabalham palavras as menos usuais possíveis.
- não se preocupam com a correção gramatical, mas com a informação.
- falam uma língua completamente coerente às normas e à propriedade das palavras.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa CORRETA a respeito da concordância verbal:

- Vossas Excelências estejais cientes de que os policiais civis vos apoiarão.
- Vossa Senhoria trabalhastes com muita determinação durante o seu mandato.
- Os dez por cento da turma de escrivão estudaram bastante.
- Mais de vinte presos fugiu do presídio.

QUESTÃO 15

Em relação à concordância nominal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Tenho o acusado e sua esposa como mentirosos.
- b) Ele gosta de usar calça meia desbotada.
- c) É proibida entrada de pessoas estranhas neste cartório.
- d) É necessário a perseverança para elucidar um crime.

QUESTÃO 16

Sobre o fecho dos textos oficiais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para as autoridades cujo uso do pronome de tratamento é *Vossa Excelência*, o fecho deverá ser *Respeitosamente*.
- b) Para as autoridades de mesma hierarquia, a saudação a ser usada é *Atenciosamente* ou *Cordialmente*.
- c) Para autoridades, cujo uso do pronome de tratamento é *Vossa Senhoria*, o fecho é *Respeitosamente*.
- d) O fecho das comunicações possui a finalidade de arrematar o texto e nunca saudar o destinatário.

QUESTÃO 17

Quanto ao emprego do pronome de tratamento *Vossa Excelência*, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não se usa esse tratamento para autoridades municipais.
- b) Não há regra própria para o tratamento, ficando a critério do produtor do texto oficial.
- c) Usa-se para os Ministros de Estado, Deputados, Senadores, Oficiais-Generais das Forças Armadas.
- d) Usa-se *Vossa Excelência* para os Delegados de Polícia, Promotores e Juizes e aos Integrantes das Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas e Congresso Nacional.

QUESTÃO 18

Comunicamos a Vossa Senhoria que as informações solicitadas por intermédio do ofício 043/2009-GAB encontram-se a disposição dessa Presidência.

Quanto ao uso da crase, é CORRETO afirmar:

- a) O sinal de crase somente é necessário antes da palavra *disposição*.
- b) Deve-se colocar uma crase antes de *Vossa Senhoria* por se tratar de uma palavra feminina.
- c) Não se coloca crase antes da palavra *disposição* porque a palavra não pede artigo feminino.
- d) Deveria ter sido colocado acento indicativo de crase antes das palavras *Vossa Senhoria* e *disposição*.

QUESTÃO 19

“Presente nesta especializada a senhora Maria Sofrida, reduzam-se a termo suas declarações”.

Com base no enunciado acima, qual função da linguagem é predominante?

- a) Fática
- b) Emotiva
- c) Conativa
- d) Expressiva

QUESTÃO 20

Quanto ao vocativo utilizado nos atos comunicativos oficiais, é CORRETO afirmar:

- a) Nos documentos oficiais encaminhados aos juizes, deve-se colocar *Senhor juiz* no vocativo.
- b) Utiliza-se o tratamento *Digníssimo* para as autoridades porque entende-se que este é um pressuposto da função.
- c) O vocativo *Excelentíssimo Senhor* deve ser usado para Deputado, Governador e Presidente do Tribunal de Justiça.
- d) O fecho *Cordialmente* deve ser empregado somente para as autoridades que estejam hierarquicamente acima do autor do texto.

QUESTÃO 21

O paradigma maior adotado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos na composição de seus preceitos reflete-se na

- a) supremacia do interesse público sobre o privado.
- b) dignidade da pessoa humana.
- c) propriedade privada.
- d) cidadania.

QUESTÃO 22

Na relação existente entre direitos individuais e Estado, é CORRETO afirmar:

- Não há regulação expressa acerca dos direitos fundamentais que se possa impor ao Estado.
- O poder emana do Estado, que estabelece os limites de atuação dos indivíduos e seus direitos fundamentais em conformidade com seus interesses primários.
- Numa construção contemporânea, o Estado de Direito encontra-se criado e regulado por uma Constituição em que os cidadãos, sendo titulares de direitos, possam opô-los ao próprio Estado.
- Nos tempos presentes, essa dita relação traz a marca da verticalidade na qual o Estado goza de plena supremacia sobre os indivíduos, podendo-se dizer que não existem direitos individuais manejáveis contra o Estado.

QUESTÃO 23

Numa construção contemporânea, entende-se Estado de Direito criado e regulado por uma Constituição, acerca dos quais (Estado e Constituição) pode-se afirmar:

- Trata-se, a Constituição Federal, de norma de cunho político, apenas, que se submete a observar as demais normas componentes do arcabouço normativo do Estado brasileiro, adequando-se, como consequência, à interpretação ditada por cada norma infraconstitucional.
- A Constituição é o documento pelo qual busca-se instituir o governo arbitrário, organizado segundo normas de livre disposição e sem limitação de qualquer natureza.
- O Estado é um organismo estruturado com base nas normas constitucionais, momento a partir do qual não mais lhe deve observância.
- Lei das leis, a Constituição é o documento via do qual materializa-se o Estado de Direito, trazendo normas de organização e limitação de poder.

QUESTÃO 24

A partir do pacto político firmado em 1988, expresso na Constituição da República Federativa do Brasil, onde elegeram-se por fundamentos, dentre outros, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a livre iniciativa, buscou-se delinear uma configuração da idéia de segurança pública aos seguintes moldes:

- Concebida e configurada para a defesa do patrimônio público.
- Concebida como instrumento de tutela de direitos fundamentais.
- Concebida como instrumento de preservação da ordem pública, entendendo-se esta como uma instituição a serviço da manutenção de uma política de governo, contra os ataques das classes perigosas.
- Concebida na persecução dos objetivos firmados em seu conteúdo, notadamente aqueles relacionados à manutenção da ordem social e política diante das intervenções externas e conflagrações porventura levantadas internamente.

QUESTÃO 25

A atuação da Polícia Judiciária, na interpretação e aplicação das normas processuais delineadoras da materialização de suas atribuições, e em consonância com a Constituição Federal, não deverá levar em conta princípios e interpretações como:

- In dubio pro societate*, brocardo jurídico que determina que na fase de investigação criminal, em havendo dúvidas acerca da autoria efetiva dos fatos delitivos sob investigação, deverá o investigado ser indiciado e o procedimento encaminhado à denúncia, fazendo valer nesta fase o interesse maior da sociedade de ver desvendado o crime, identificada sua autoria, com as punições consequentes.
- Presunção da inocência*, entendida esta como sistema de proteção formal, como instrumento de proteção contra a estigmatização (etiquetamento) do sujeito passivo, de modo a tornar mínimo o seu prejuízo, além daqueles que são decorrentes do processo penal (como instrumento imperativo à condenação e à pena).
- Ampla defesa*, ainda que mitigada determinadas diligências cuja essência se macularia pela participação do imputado, mas materializando a possibilidade de intervir nos atos, seja através da autodefesa, seja através da defesa técnica, a fim de ver-se preservado da instauração de um processo criminal injusto.
- Presunção de inocência*, devendo este prevalecer por todo o sistema da persecução penal até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

QUESTÃO 26

O princípio da legalidade, para o Estado, reflete-se da seguinte forma:

- De forma ampla, desde que não represente descumprimento de ordem de missão policial onde se encontrem estabelecidos os limites interpretativos da norma por parte de seu emissor – delegado de polícia.
- Ao Estado se defere a atuação de modo que não venha a ferir a lei, portanto, de forma ampliada, desde que fundamentada em preceitos de interesse público, e na mesma forma que defere ao particular.
- De forma estrita, podendo atuar somente nos limites deferidos pelo administrador, no caso da Polícia Civil nos estritos limites estabelecidos pelo delegado de polícia.
- De forma estritamente interpretada, somente podendo atuar nos estritos limites fixados expressamente pela lei.

QUESTÃO 27

Sobre o inquérito policial e os agentes policiais envolvidos em sua construção, é CORRETO afirmar:

- À autoridade policial e seus agentes impõe-se agir nos estritos limites da lei, em observância absoluta e inderrogável aos princípios e às garantias fundamentais.
- Não respeita a observância dos princípios da Administração Pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, pela característica específica da atuação policial.
- Deve o agente público investido da função policial primar pelo cumprimento dos preceitos da Administração Pública e delineado pelo princípio da legalidade ampla, devendo velar pelo cumprimento das normas legais sob uma ótica sistêmica e garantista, percebendo os limites que acometem a atividade estatal e seus fundamentos, onde não houver limitação expressa.
- Percebendo o inquérito enquanto instrumento apenas, a observância de preceitos afetos à Administração Pública e aos direitos fundamentais não são obrigatórios e poderão ser mitigados como forma de se alcançar êxito nas investigações empreendidas, desde que fundados no interesse da investigação, que, em última análise, representa o interesse público prevalente.

QUESTÃO 28

Sobre o cidadão investido em uma função pública, como a de escrivão de polícia civil, é CORRETO afirmar:

- Traz consigo a obrigação de observar e velar pelo cumprimento dos princípios constitucionais voltados à Administração Pública em geral, desde que assim lhe seja determinado.
- Defere-se o gozo de prerrogativas próprias, como o de livre acesso a locais fechados, casas de diversões públicas e eventos esportivos, como consectário da condição social que assume a partir de sua posse no cargo, e em benefício próprio/pessoal.
- Confere-se um dever-poder que lhe autoriza o porte de arma de fogo (limitado às condições fixadas na lei específica e decreto regulatório) e acesso aos locais sob fiscalização da polícia, inclusive em casas de diversões públicas e eventos esportivos; neste caso, sob o imperativo do exercício exclusivo de seu labor.
- Materializa a execução dos interesses da sociedade impostos ao Estado via instrumentos normativos estabelecidos desde a Constituição Federal até os regulamentos internos da instituição, podendo estabelecer os limites de suas atribuições ainda que conflitantes com os direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal.

QUESTÃO 29

Aquele que mata alguém, impelido por motivo de relevante valor moral, comete crime de:

- Homicídio simples.
- Homicídio humanitário.
- Homicídio qualificado.
- Homicídio privilegiado.

QUESTÃO 30

Pratica crime preterdoloso aquele que intencionalmente provoca lesões corporais em outra pessoa, vindo por sua culpa a causar a morte da vítima. Por tal conduta, responderá ele pelo crime de:

- Lesão corporal seguida de morte.
- Lesão corporal gravíssima.
- Homicídio culposo.
- Homicídio doloso.

QUESTÃO 31

O crime de difamação se dá quando o agente imputa ao ofendido fato

- a) definido como crime.
- b) ofensivo à sua reputação.
- c) que ofende sua dignidade ou seu decoro.
- d) definido somente como contravenção penal.

QUESTÃO 32

Raimundo, esmeraldino fanático, inconformado com o comportamento de seu vizinho Percílio, torcedor do Vila Nova, que ostentava a bandeira de seu time no telhado de sua casa, abordou-o em um beco ali próximo e, querendo apenas agredi-lo, desferiu-lhe vários golpes em seu corpo, utilizando um cabo de rodo. Em razão das lesões provocadas, Percílio se viu impossibilitado de comparecer ao trabalho pelo período de 40 dias. Assim sendo, Raimundo praticou o crime de:

- a) Lesão corporal de natureza grave.
- b) Lesão corporal de natureza leve.
- c) Lesão corporal privilegiada.
- d) Tentativa de homicídio.

QUESTÃO 33

Praticar violência ou vias de fato consideradas de natureza aviltantes contra qualquer pessoa é crime de:

- a) Constrangimento ilegal.
- b) Lesão corporal.
- c) Injúria simples.
- d) Injúria real.

QUESTÃO 34

Para caracterizar o crime de constrangimento ilegal, a vítima deve ser levada a fazer o que a lei não manda ou a não fazer o que ela permite, mediante:

- a) Fraude.
- b) Indução a erro.
- c) Violência ou grave ameaça.
- d) Vias de fato.

QUESTÃO 35

O agente que, visando obter vantagem econômica, sequestra alguém, como condição ou preço do resgate, pratica:

- a) Sequestro ou cárcere privado.
- b) Extorsão mediante sequestro.
- c) Constrangimento ilegal.
- d) Extorsão.

QUESTÃO 36

Pratica crime de violação de domicílio aquele que entra ou permanece, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito:

- a) Em tabernas e casa de jogos.
- b) Em sua própria casa, isto pulando o muro e danificando a porta.
- c) Em casa alheia, durante o dia, com observância das formalidades legais.
- d) Em casa alheia ou em suas dependências.

QUESTÃO 37

Para se imputar a alguém o crime de apropriação indébita, a coisa por ela apropriada deve estar

- a) na sua posse ou detenção.
- b) fora do alcance do agente.
- c) na posse de terceiro de boa-fé.
- d) na posse ou detenção da vítima.

QUESTÃO 38

No crime de estelionato, o agente obtém vantagem ilícita, em prejuízo alheio, mediante:

- a) Apropriação da coisa que se encontra em seu poder.
- b) Grave ameaça à pessoa da vítima.
- c) Subtração da coisa.
- d) Artifício e/ou ardil.

QUESTÃO 39

O conceito de que “Criminalística é o estudo da fenomenologia do crime e dos métodos práticos de sua investigação” foi formulado por:

- a) Hans Gross
- b) José Del Picchia
- c) José Lopes Zarzuela
- d) Astolfo Tavares Paes

QUESTÃO 40

A demonstração ou comprovação judicial da existência de crime ou fato que se considera criminoso com todas as suas circunstâncias que devem ser cuidadosamente examinadas e descritas, pois que esse todo é à base do procedimento criminal. Este conceito refere-se a:

- a) Formulação de quesitos
- b) Modo de operação
- c) Corpo de delito
- d) Local de crime

QUESTÃO 41

Dentro do contexto pericial, o resultado da coleta, análise e interpretação do corpo de delito se dá na confecção do:

- a) Relatório técnico
- b) Relatório policial
- c) Parecer técnico
- d) Laudo pericial

QUESTÃO 42

Trata-se de disciplina integrante da Criminalística, que estuda as armas de fogo, sua munição e os efeitos por elas produzidos, sempre que tiveram uma relação direta ou indireta com infrações penais:

- a) Balística
- b) Residuografia
- c) Dinâmica do tiro
- d) Armamento e tiro

QUESTÃO 43

Em local de infração penal que deixou vestígios, cabe ao perito criminal:

- a) Determinar o exato horário da ocorrência do crime.
- b) Estabelecer a materialidade, as circunstâncias e os meios empregados para a perpetração do delito.
- c) Localizar, ouvir e arrolar provas testemunhais do fato.
- d) Proceder à reconhecimento visuográfica do palco do delito.

QUESTÃO 44

Local de crime, quanto à preservação, divide-se em:

- a) Local imediato e local relacionado
- b) Local mediato e local imediato
- c) Local interno e local externo
- d) Local idôneo e local inidôneo

QUESTÃO 45

Trata-se de procedimento adotado para esclarecer se a infração penal ocorreu de determinado modo, utilizando-se das descrições *in loco* dos atores da citada infração, analisando-as e comparando-as entre si com os vestígios materiais deixados por ocasião de sua ocorrência:

- a) Nova perícia
- b) Revisão pericial
- c) Reprodução simulada
- d) Reconhecimento visuográfica

QUESTÃO 46

A autoridade policial da comarca de Itapaci-GO requisitou ao Núcleo Regional de Polícia Técnico-Científica de Ceres-GO a realização de perícia em local de crime contra a vida de pessoa. Comparecendo ao palco do evento, os peritos criminais verificaram que houve processo de violação, notadamente a remoção do corpo da vítima por terceiros e o recolhimento do instrumento utilizado para a prática do crime. No entanto, os peritos criminais notaram a existência de outros vestígios remanescentes do fato, tais como manchas de substância hematóide, estojos e projéteis de arma de fogo, perfurações em paredes e típicos sinais de luta corporal no local. Neste caso, de acordo com a legislação processual penal vigente, os peritos criminais deverão:

- a) Deixar de realizar o levantamento pericial, pois o local estava inidôneo.
- b) Fazer apenas uma ocorrência especial de toda a situação apresentada.
- c) Localizar a pessoa que recolheu o instrumento e determinar que ela recolha a arma no local onde estava, o que será imprescindível para a realização da perícia.
- d) Registrar no laudo as alterações do estado das coisas e discutir as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

Espaço para rascunho

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questão	Alternativas			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d
15	a	b	c	d
16	a	b	c	d
17	a	b	c	d
18	a	b	c	d
19	a	b	c	d
20	a	b	c	d
21	a	b	c	d
22	a	b	c	d
23	a	b	c	d
24	a	b	c	d
25	a	b	c	d
26	a	b	c	d
27	a	b	c	d
28	a	b	c	d
29	a	b	c	d
30	a	b	c	d
31	a	b	c	d
32	a	b	c	d
33	a	b	c	d
34	a	b	c	d
35	a	b	c	d
36	a	b	c	d
37	a	b	c	d
38	a	b	c	d
39	a	b	c	d
40	a	b	c	d
41	a	b	c	d
42	a	b	c	d
43	a	b	c	d
44	a	b	c	d
45	a	b	c	d
46	a	b	c	d